

Entrevista

PRAC é sinônimo de sucesso no mercado ambiental brasileiro

Demonstrar critérios para a preservação do meio ambiente, gerar divisas ambientais e ser um facilitador para que as empresas realizem o descarte correto das baterias de chumbo ácidas no final de vida útil compõem o conjunto de atividades desenvolvidas pelo PRAC – Programa de Responsabilidade Ambiental Compartilhada, criado em 2001. Desde então, compartilhar responsabilidades é a chave do sucesso do PRAC, que obteve resultados socioambientais impressionantes ao longo dos seus seis anos de existência. André Luis Saraiva, diretor executivo do PRAC, concedeu uma entrevista exclusiva à revista *Meio Ambiente Industrial*, na qual falou sobre as ações do Programa, sua evolução, perspectivas e contribuição para a sustentabilidade do país.

Foto: PRAC



RMAI – Como surgiu a iniciativa de elaborar o PRAC – Programa de Responsabilidade Ambiental Compartilhada, visando uma alternativa para o descarte ambientalmente adequado das baterias?

Saraiva – Em 2000, com publicação da Resolução Conama 257, que orienta as empresas a destinarem de forma ambientalmente adequada baterias de chumbo ácidas no final de vida útil, identificamos a necessidade de criar no mercado um programa que adotasse a postura de coletá-las dentro de padrões ambientais. Assim, ajudamos as empresas a se adequarem à disposição desse resíduo em atendimento à resolução vigente. O fato, que inicialmente era visto como uma nova obrigação para as empresas, proporcionou a oportunidade de reduzirmos a necessidade de importação de chumbo para os fabricantes de baterias, impulsionando a reciclagem dessa matéria-prima secundária no país, melhorando nossa eficiência interna e produzindo novos negócios.

RMAI – Qual a finalidade do PRAC em relação à apli-

cação da Resolução Conama 257, que cria os procedimentos para o descarte de baterias? O que ele pode agregar de valor ao mercado ambiental brasileiro?

Saraiva – Nosso objetivo foi criar procedimentos que auxiliassem as empresas a se adequarem à disposição desse resíduo em atendimento à Resolução Conama 257. Analisando o comportamento das empresas, descobrimos a prática de venda ou destinação das baterias sem critério específico. Nosso desafio foi contemplar no programa a conscientização das empresas a respeito dos prejuízos que o descarte inadequado causa ao meio ambiente, além das penalidades a que elas estavam sujeitas.

O sucesso do programa se deu por demonstrar critérios para preservação do meio ambiente, gerar divisas ambientais para as empresas e ser um facilitador para que as empresas realizassem o descarte correto. Os números obtidos, desde a sua implantação, em 2001, bem como os prêmios e os reconhecimentos conferidos mostram que estamos na direção correta.

RMAI – Com todos os desafios para implementar um Plano de Gerenciamento de Resíduos nas empresas, quais os principais benefícios e/ou vantagens que o PRAC oferece aos seus clientes?

Saraiva – Esse trabalho em conjunto proporciona segurança e agilidade na tomada de decisões, bem como clareza e objetividade das análises ambientais, validando indicadores e obtendo uma forma de comunicar resultados ambientalmente sustentáveis.

RMAI – Notamos que o PRAC envolve todo o ciclo ligado às questões de responsabilidade ambiental, social e de segurança ocupacional nas empresas. Em vista disso, qual o seu grande diferencial em termos de desenvolvimento sustentável?

Saraiva – A construção de um planeta sustentável exige uma nova consciência de consumo, requer que a sociedade repense valores e mude comportamentos, devendo ajudar a desenvolver uma consciência ética, política, ambiental, social e econômica sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos neste planeta, respeitando seus ciclos vitais e impondo limites à exploração dos bens ambientais. Para ser sustentável, uma empresa deve ser socialmente responsável, ambientalmente correta e economicamente viável (visão “triple bottom line”), sendo estes os vetores básicos de sustentabilidade que lhe trarão a perenidade desejada.

RMAI – O PRAC se mostra como uma excelente alternativa para a aplicação da Logística Reversa nas empresas? Como se dá esse processo e qual o custo-benefício para uma empresa que o implementa?

Saraiva – Sim, pois a Logística Reversa empregada pelo PRAC pressupõe exigir comportamentos éticos e de responsabilidade socioambiental de seus parceiros de negócios, rede de fornecedores e clientes, pregando uma cultura de qualidade total, exigindo certificações ambientais e sociais, garantindo a preservação da vida como um todo, e não somente do meio ambiente.

Sendo assim, o PRAC desenvolveu relações de parceria criando um “reverse supply chain” com empresas como a Tamarana Metais e a Rondopar, que atendem de forma pró-ativa todos os princípios do nosso programa de responsabilidade ambiental compartilhada, com ética e transparência, obtendo êxito nestes últimos anos, com excelente retorno mercadológico e de imagem corporativa e socioambiental.

Criou-se, portanto, uma rede de distribuição reversa (take back

products programs) de bens duráveis, atendendo às legislações existentes e antecipando-se àquelas que ainda estão por vir, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos, participando desde sua concepção e responsabilizando-se pela coleta, tratamento e destinação final de seus resíduos, finda sua utilidade inicial, evitando os impactos negativos sobre o meio ambiente.

A empresa que opta pelo PRAC recaptura valor de mercado, revelando um posicionamento de responsabilidade empresarial relativo ao meio ambiente e à sociedade, em virtude da extensão do ciclo de vida do produto até seu destino final, conhecido pela expressão “extended product responsibility” (a responsabilidade do fabricante sobre o produto vendido ao mercado não termina com a venda, mas deve se estender até seu destino final).

RMAI – De que forma, o PRAC atinge os consumidores, visando a sua conscientização ambiental? Existe um trabalho específico dentro desse contexto?

Saraiva – Sendo assim, compartilhar responsabilidades é a chave do sucesso do PRAC, pois não basta ensinar a cuidar do meio ambiente. É preciso estender o olhar para as desigualdades sociais e tentar minimizá-las, a partir de programas que melhorem a qualidade de vida de todos os “stakeholders”, trabalhando em rede de educação e informação para que possamos alcançar o maior número de pessoas, melhorando a auto-estima e, conseqüentemente, suas relações pessoais e profissionais.

RMAI – Com a aprovação e regulamentação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, de que forma o PRAC pode ajudar as empresas a se adequarem às novas exigências e demandas?

Saraiva – A PNRS prevê capítulos polêmicos para a indústria, principalmente no que tange à Logística Reversa e às responsabilidades atribuídas aos setores produtivos. Precisamos inserir na PNRS a parcela de responsabilidade da sociedade civil e do governo de forma compulsória e não facultativa, para que haja a destinação adequada dos resíduos sólidos (retorno das embalagens/produtos para possibilitar o “reverse supply chain”), pois o resultado desejado dependerá do esforço entre todos estes atores: sociedade civil, indústria, governo, universidades (inovação tecnológica), e não só da indústria.

Quando se trata de meio ambiente, necessitamos de grupos multidisciplinares e interdisciplinares para alcançarmos um ob-

Entrevista

jetivo comum de preservação, conservação e recuperação do mesmo.

A responsabilidade é de todos, porém cada qual é responsável por um momento do processo, portanto, cabe ao PRAC exercer, no momento da Logística Reversa, a sua missão, utilizando o programa como ferramenta e conceito de trabalho, criando uma base sólida e sustentável de dados para a conscientização através do consumo responsável na cadeia de produtos. Com isso, recuperam-se valores e cuidados que devemos ter com o meio ambiente, direcionando os resultados obtidos em atividades de Responsabilidade Social, fechando o ciclo desta atividade.

RMAI – Quais os principais projetos ligados ao PRAC que estão em andamento atualmente no país?

Saraiva – O ser humano está no centro das preocupações do conceito do PRAC. Razão pela qual desenvolvemos o “PRACtigue Responsabilidade Social”, onde apoiamos parcerias em projetos de responsabilidade social voltados para as comunidades internas e externas.

Dessas ações fazem parte: Programa Bom Aluno; Programa Pingo D’água; Projeto Escola da Fábrica; e Projeto Educação do Trabalhador.

RMAI – Quais os resultados alcançados até o momento com a implementação do PRAC?

Saraiva – O PRAC obteve resultados impressionantes ao longo dos seus seis anos de existência. Até então, não existia no mercado nenhuma empresa ou programa similar que conseguisse realizar a Logística Reversa perpetuando o ciclo de vida do produto, sem precisar analisá-lo como sendo “do berço a reencarnação”, pois o produto renasce com as mesmas propriedades e com as mesmas finalidades, sendo ambientalmente correto, socialmente adequado e economicamente viável, pois chega ao mercado com uma redução significativa do valor.

Com todos estes valores agregados ao programa, conseguimos conquistar a confiança e a credibilidade das empresas usuárias de baterias de chumbo que se integraram ao PRAC para realizar seu descarte com segurança, economia e a certeza de estar preservando para as presentes e futuras gerações um meio ambiente equilibrado e sadio.

RMAI – Quais as expectativas em relação aos benefícios socioambientais que o PRAC pode oferecer às empresas e, em especial, aos seus colaboradores, em médio e longo prazo?

Saraiva – A responsabilidade socioambiental é uma forma de conduzir os negócios, tornando a empresa parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social; é agir de forma ética e responsável, desenvolvendo as suas ações, suas políticas e atitudes, de forma a interagir com os seus funcionários e com a comunidade.

Uma empresa comprometida com a responsabilidade social desenvolve capacidade de ouvir os interesses de diferentes setores (acionistas, dirigentes, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, governo e ambientalistas) e incorpora isso no seu planejamento estratégico, antevendo os problemas que virão em curto prazo, pois não é possível dissociar o tema da economia e do emprego.

Esse conceito vem se disseminando como ferramenta de gestão, descolando o conceito de Responsabilidade Social, da Ação Social e da Filantropia. Para manter a empresa sempre à frente, é preciso dotá-la de mecanismos de competitividade, que passam, necessariamente, por educar, treinar e melhorar a qualidade de vida de todos os colaboradores. Não é possível pensar em produzir com qualidade sem um colaborador que viva com qualidade, e que entenda o conceito da qualidade. Numa economia em que os processos tecnológicos sofrem avanços contínuos, as pessoas devem ser altamente capacitadas e dispostas a aprender. Porém, não é possível esperar comprometimento e criatividade se não houver tranquilidade na fábrica e na família.

Seria interessante se a empresa socialmente responsável colocasse à disposição dos setores sua expertise em desenvolver as capacidades humanas e técnicas, capazes de promover uma revolução silenciosa em favor do desenvolvimento econômico. A iniciativa adianta-se para impedir que futuras barreiras sociais, a exemplo das ambientais e fito-sanitárias, impeçam a participação de nossos produtos no mercado internacional. Essa iniciativa pode agir, também, como defesa comercial contra a invasão de produtos fabricados em países que não exigem os pré-requisitos de sustentabilidade ambiental e social.

Vale lembrar que a maior influência dos conceitos sociais absorvidos pelo PRAC tiveram a regência de Eliane Belfort, diretora do Cores – Comitê de Responsabilidade Social, da Fiesp. *